

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS/ES por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MATEUS**, doravante denominado **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MATEUS**, com sede à Avenida Jones dos Santos Neves, nº 70 – Centro - São Mateus – ES, realizará licitação na modalidade "Pregão Eletrônico", do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através do site: www.bb.com.br ou www.licitacoes-e.com.br, tendo como objetivo a AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS PERMANENTES, conforme Processo nº 012.376/2014, 010.554/2014, 010.554/2014, 010.555/2014 e. O Pregão será realizado pela Pregoeira e Equipe de Apoio do Município, designados pela Portaria nº 417/2013 e alterada pela Portaria nº 575/2013, de acordo com a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores e demais normas pertinentes, e pelas condições estabelecidas pelo presente Edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança criptografia e autenticação em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações-e", no sítio eletrônico www.licitacoes-e.com.br do Banco do Brasil S/A.
- 1.2 Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, às Leis Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de Pregão e a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
- 1.3 O Edital poderá ser lido e obtido de segunda a sexta-feira na Sala de Licitações dos Fundos Municipal de Saúde e de Assistência Social, situado na Av. Jones dos Santos Neves, nº 70, Centro CEP.: 29.930-900 São Mateus ES, no horário das 11h30 às 17h30, e nos seguintes endereços: www.licitacoes-e.com.br e www.saomateus.es.gov.br.

1.4 - Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:

Data inicial para recebimento das propostas	Dia 09/07/2014
Limite para acolhimento das propostas	Às 10:15 horas do dia 30/07/2014
Abertura das propostas	Às 10:15 horas do dia 30/07/2014
Início da sessão de disputa de preços	Às 10:30 horas do dia 30/07/2014

1.5 - FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: (informando o número do Pregão) e-mail: licitacaofundo@saomateus.es.gov.br - Telefone (27) **3761- 4864 e/ou 3761-4875**, após 08h00.

2. DO OBJETO

2.1 - O presente Pregão Eletrônico tem por objetivo a **AQUISIÇÃO DE DIVEROS EQUIPAMENTOS PERMANENTES**, com entrega ÚNICA, para atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, conforme Itens devidamente relacionados no Anexo I, do presente Edital.

3. LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

3.1 - Todo material deverá ser entregue de forma única, na Secretaria Municipal de Saúde, – Setor de Almoxarifado, localizado na Rua Coronel Constantino Cunha n° 1.051 – bairro Lago dos Cisnes – São Mateus – ES, CEP 29.930-000 Tel.: (27) 3767-8913 ou 3767-1017 – e-mail: amx.semus@gmail.com e/ou compras.saudesm@gmail.com, em dias úteis, no horário das 08:00 às 16:00

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do orçamento próprio do Município a cargo das contas de atividades:

0090 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 009010 - Fundo Municipal de Saúde 10 - Saúde 301 - ATENÇÃO BÁSICA

0147 - IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE

1.104 - CONSERV., AMPL. E CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS, ACADEMIAS DE SAÚDE E UNID. PRONTO ATENDIMENTO (UPA)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MATEUS-ES – CNPJ: 11.356.696/0001-00 Av. José Tozzi, n° 2.220 – Centro – São Mateus-ES – CEP. 29931-240 TELEFAX (27) 3767-8839 / 3767-8545 – email: saúde@saomateus.es.gov.br



44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE 12030000 - RECURSOS SUS - Ficha 0000118

0090 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 009010 - Fundo Municipal de Saúde 10 - Saúde 301 - ATENÇÃO BÁSICA 0153 - EDUCAÇÃO EM SAÚDE

2.222- IMPLANTAÇÃO E MANUT. DO PROGRAMA NACIONAL DE REORIENTAÇÃO DA FORMAÇÃO PROF. DE SAÚDE - PRÓ SAÚDE

44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

12030000 - RECURSOS DO SUS - Ficha 0000179

5. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

5.1 – Observado o prazo legal de 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, os interessados poderão formular consultas por e-mail, informando o número da licitação: <u>licitacaofundo@saomateus.es.gov.br</u> – Telefone (27) 3761-4864 e/ou 3761-4875.

6. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

6.1 - O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário do início da disputa.

7. REFERÊNCIA DE TEMPO

7.1 - Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

8. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 8.1 Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.
- 8.2 Estarão impedidas de participar, direta ou indiretamente, de qualquer fase deste processo licitatório os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:
- 8.2.1 estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei no. 8.666/93;
- 8.2.2 sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
- 8.2.3 estejam sob falência, concordata, recuperação judicial, dissolução ou liquidação; e
- 8.2.4 se enquadram no disposto no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.3 Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

9. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 9.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- 9.1.1 acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- 9.1.2 responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- 9.1.3 abrir as propostas de preços;
- 9.1.4 analisar a aceitabilidade das propostas;
- 9.1.5 desclassificar propostas indicando os motivos;



- 9.1.6 conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- 9.1.7 verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- 9.1.8 declarar o vencedor;
- 9.1.9 receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- 9.1.10 elaborar a ata da sessão;
- 9.1.11 encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- 9.1.12 convocar o vencedor para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido;
- 9.1.13 abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

10. CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

- 10.1 Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de **24 (vinte e quatro) horas** antes da data de realização do pregão.
- 10.2 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.
- 10.3 A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderá ser utilizada em qualquer pregão eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado.
- 10.4 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.
- 10.5 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 10.6 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei complementar nº 123 de 14.12.2006 e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no Capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento acrescentar as expressões "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte" ou suas respectivas abreviações, "ME" ou "EPP", à sua firma ou denominação, conforme o caso.
- 10.6.1- Caso a proponente já esteja cadastrada no sistema e não constem os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a alteração de seu cadastro no sistema. Para tanto deverá dirigir-se a agência do Banco do Brasil de sua cidade.

11. DA PARTICIPAÇÃO

- 11.1 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subseqüente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados a data e horário limite estabelecidos.
- Obs.: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.bb.com.br, opção "Acesso Identificado".
- 11.2 Como requisito para participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação prevista no edital.
- 11.3 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 11.4 Caso haja desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando ao Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.



11.4.1 – Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

12 - DA PROPOSTA COMERCIAL

- 12.1.1 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (Inciso II, Art. 13º do Decreto nº 5.450/05).
- 12.1.2 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Inciso IV, Art. 13º do Decreto nº 5.450/05).
- 12.1.3 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que venha comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para que seja bloqueado seu acesso imediatamente.
- 12.1.4 A proposta de preços previstas no Edital deverá ser encaminhada exclusivamente por meio eletrônico, via internet, pelo sítio www.bb.com.br e, quando for o caso, seus anexos. (Art. 21 do Decreto 5.450/05).
- 12.1.5 A Proposta de Preços contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado marca, modelo, preços unitários e totais do material, deverá ser elaborada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 12.1.6 Como requisito para a participação no pregão a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos da habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (Parágrafo 2º do Art. 21 do Decreto 5.450/05).
- 12.1.7 A proposta de Preços, da licitante vencedora do item, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, deverá ser formulada e apresentada imediatamente, contados a partir do encerramento da etapa de lances, com os preços unitários e totais atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados, exclusivamente por meio de sistema eletrônico.
- 12.1.8 Na Proposta de Preços deverá constar as seguintes condições:
- a) Prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;
- b) Prazo de entrega dos materiais: em até 20 dias consecutivos a contar da data de recebimento da Ordem de Fornecimento;
- c) A validade dos materiais, não inferior a 02 (dois) anos;
- **d)** Preço unitário e total do Item cotado, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o inciso IV, Art. 43 da Lei nº 8.666/93, em algarismo e por extenso (total), expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as quantidades constantes do presente Edital;
- e) No preço cotado, deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguro e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no valor total dos materiais objeto desta Licitação.
- f) Nos preços unitários, será permitido no máximo 02 (duas) casas decimais;
- g) Conter o nome do banco, o código da agência e o número da conta corrente da empresa, para efeito de pagamento;
- h) A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos:
- i) Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.
- 12.1.9 Poderão ser admitidos pelo Pregoeiro erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da administração.



13. ABERTURA

- 13.1 A partir do horário previsto no subitem 1.4, terá início à sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.
- 13.2 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 13.3 Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 13.4 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 13.5 Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.
- 13.6 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento eminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 13.7 Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento eminente dos lances e subseqüente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta, diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.
- 13.8 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 13.9 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o licitante arrematante do lance de menor valor deverá enviar **no prazo máximo de 48 horas**, as declarações e os documentos exigidos para habilitação, contidas nos **ANEXOS** deste Edital.
- 13.9.1 A documentação deverá ser apresentada em envelope lacrado, e em sua parte externa e frontal deverá conter, além da razão social da licitante, os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS - ES SETOR DE LICITAÇÕES DOS FUNDOS MUNICIPAL DE SAÚDE E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Endereço: Av. Jones dos Santos Neves, n° 70 − Centro CEP.: 29.930-900 − SÃO MATEUS - ES PREGÃO ELETRÔNICO № 020/2014

- 13.10-A proposta de preços será definitiva e não reajustável e deverá ter a validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua abertura.
- 13.11- O proponente deverá indicar na proposta, as especificações completas e demais exigências para os materiais constantes no anexo I.
- 13.12 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

14. DO LANCE, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 14.1 O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de "MENOR PREÇO POR LOTE", podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor global, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.
- 14.2 Após o encerramento da sessão de disputa e estando o valor da melhor proposta acima do valor de referência, o Pregoeiro negociará a redução do preço com seu detentor.



- 14.3 Encerrada a etapa de lances da sessão pública e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro comprovará a regularidade de situação do autor da melhor proposta, avaliada na forma da Lei 10.520/2002. O Pregoeiro verificará, também, o cumprimento das demais exigências para habilitação contidas no Anexo III deste Edital.
- 14.3.1 O licitante detentor da melhor proposta deverá apresentar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, via correio ou pessoalmente, a documentação de Habilitação constante do Anexo III deste Edital juntamente com a Proposta final, nos moldes por este Edital e Anexos, e Proposta Final Original, sob pena de Inabilitação e conseqüente desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo Pregoeiro, no seguinte endereço: Av. Jones dos Santos Neves, n° 70, Centro CEP.: 29.930-900 São Mateus ES. Tel.: (27) 3761- 4864/4875.
- 14.4 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme previsto na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006.
- 14.4.1 A identificação do proponente como Microempresa ME ou Empresa de Pequeno Porte EPP deverá ser feita na forma do item 10.6 deste edital.
- 14.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço.
- 14.6 Para efeito do disposto no item 14.5 deste edital, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta, a qual deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, via "chat de mensagens" sob pena de preclusão do direito. Caso ofereça proposta inferior à melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame:
- b) não ocorrendo interesse da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma da alínea "a" deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese do item 14.5 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e
- c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 14.5 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.
- 14.7 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 14.5 deste edital, voltará a condição de primeira classificada, a empresa autora da proposta de menor preço originalmente apresentada.
- 14.8 O disposto nos itens 14.4 e 14.5 somente se aplicará quando a proposta de menor preço não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 14.9 Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subseqüentemente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.
- 14.10 Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital e em seus anexos ou ofertarem preços superfaturados ou manifestadamente inexeqüíveis.
- 14.11 Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital e anexos, o licitante será declarado vencedor do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto pelo Pregoeiro, caso não haja manifestação de intenção imediata e motivada de interposição de recurso.
- 14.12 O licitante participante registrará o valor correspondente a sua proposta em campo apropriado do sistema e durante a disputa o valor poderá ser reduzido conforme interesse do licitante.
- 14.12.1 Os lances formulados deverão indicar PREÇO POR LOTE.
- 14.12.2 O fornecedor deverá obrigatoriamente indicar no campo "informações adicionais" do sistema eletrônico: Descrição resumida do objeto ofertado, nome comercial, marca, fabricante, país de origem, forma farmacêutica e dosagem, quantidade por embalagem, nº de registro no Ministério da Saúde, e informação de que atende na íntegra as especificações mínimas do Anexo II do Edital.



14.13 – Obedecidos os critérios definidos para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE.**

15. DA IMPUGNAÇÃO

- 15.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer licitante poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste Pregão.
- 15.2 Ao final da disputa de cada item, o licitante que desejar recorrer contra decisões da Pregoeira poderá fazê-lo, manifestamente sua intenção através do sistema eletrônico, imediatamente após a fase competitiva, com o registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntar memórias no prazo de 03 (três) dias úteis. Os interessados, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.
- 15.3 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.
- 15.4 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- 15.5 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.
- 15.6 Os recursos e contra-razões de recurso, bem como impugnações do Edital, deverão ser dirigidos a Pregoeira e encaminhados para o Setor de Licitações dos Fundos Municipal de Saúde e de Assistência Social do Município, localizado à **Avenida Jones dos Santos Neves, nº 70 Centro São Mateus ES, CEP.: 29.930-900** em dias úteis, no horário de 11:00 às 18:00 horas, o qual deverá receber, examinar e submetê-lo a autoridade competente que decidirá sobre a sua pertinência.

16 - DOS RECURSOS

- 16.1 Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendolhes assegurada vista imediata dos autos. A manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão com registro em ata da síntese das suas razões e contra-razões.
- 16.2 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 16.3 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 16.4 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 16.5 Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que aceita-los sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 16.6 A decisão do Pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.
- 16.7 Não serão aceitos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que forem enviados por fax
- 16.8 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Sala da Comissão Permanente de Licitação dos Fundos Municipal de Saúde e de Assistência Social da Prefeitura Municipal de São Mateus ES, situada à Av. Jones dos Santos Neves, n° 70, Centro CEP.: 29.930-900 São Mateus ES.

17 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 - A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela Pregoeira sempre que não houver recurso.



17.2 - A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

18 - DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

A adjudicatária obrigar-se-á:

18.1 – Entregar o material solicitado, estritamente de acordo com as especificações descritas no Termo de Referência e previstos neste Edital, bem como no prazo e quantitativo nele estabelecido, responsabilizando-se pela inadequada execução, quando constatada no recebimento, existirem desacordos com as referidas especificações.

19 - DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

- 19.1 Todo material deverá ser entregue de forma única, na Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Almoxarifado, localizado na Rua Coronel Constantino Cunha nº 1.051 bairro Lago dos Cisnes São Mateus ES, CEP 29.930-000 Tel.: (27) 3767-8913 ou 3767-1017 e-mail: amx.semus@gmail.com e/ou compras.saudesm@gmail.com, em dias úteis, no horário das 08:00 às 16:00
- 19.2 O prazo para entrega será contado do dia do recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida pelo Município, devendo ser efetivada em até 20 (vinte) dias consecutivos.
- 19.3 Feita a entrega pela Licitante, o Município por intermédio do servidor designado, realizar-se-ão no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, os exames necessários para certificar a aceitação dos Materiais, de modo a comprovar que atendem às especificações técnicas estabelecidas no Edital.
- 19.4 Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os Materiais não atendem às especificações técnicas do objeto licitado, poderá a Administração rejeita-los, integralmente ou em parte, obrigando-se a Licitante a providenciar a sua substituição dos bens não aceitos no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil de 2002.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1 Os licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município:
- 20.1.1 advertência;
- 20.1.2 multa de 0,03% (três décimos por cento) por dia de atraso, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;
- 20.1.3 multa de 10% (dez por cento) pelo descumprimento do Contrato;
- 20.1.4 suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração e, se for o caso, descredenciamento no Município, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.
- 20.1.5 declaração de inidoneidade para contratar com toda a Administração Pública Estadual, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 20.2 No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.
- 20.3 Pela recusa injustificada da assinatura da Ordem de Fornecimento, a contratada será penalizada em até 10% do valor do contrato.

21. INSTRUMENTALIZAÇÃO DA COMPRA

21.1 - Se o licitante classificado em primeiro lugar, não comprovar que atende às exigências do edital quanto à sua habilitação, ou tiver sua proposta desclassificada, após decorrido o prazo recursal, o Pregoeiro examinará a documentação



de habilitação dos demais proponentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo concorrente convocado para negociar redução do preço ofertado, tendo sempre como meta o preço de menor oferta obtida no pregão.

- 21.2 Homologada a decisão e após decorrido o prazo para interposição dos recursos e suas respectivas decisões, será o licitante vencedor convocado para assinar o contrato, ou instrumento equivalente, o que deverá fazê-lo no prazo de até 05 (cinco) dias.
- 21.3 Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou instrumento equivalente, estará sujeito às penalidades do art. 87 da Lei nº 8.666/93. Neste caso, a Administração poderá aplicar também o que norteia o artigo 64 do mesmo ordenamento legal.
- 21.4 Para efetivar a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o licitante vencedor deverá apresentar o comprovante de situação regular perante a Fazenda Estadual e Municipal da sede do Licitante, Fazenda Pública Federal, Dívida Ativa da União, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Seguridade Social CND e CND Trabalhista.
- 21.5 A recusa injustificada do concorrente vencedor em assinar o contrato, ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido sujeitará, ainda, o concorrente à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo máximo de até 05 (cinco) anos.
- 21.6 Pela recusa em aceitar o pedido de fornecimento e/ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, a Contratada se sujeitará à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

22 - DO PAGAMENTO

- 22.1 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, através de depósito em conta corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado, contados da data da certificação/aceitação dos materiais, constantes no verso da Nota Fiscal/Fatura em 02 (duas) vias, com o visto do funcionário competente para o recebimento e conferência dos produtos;
- 22.1.1 A Nota Fiscal apresentada deverá constar o número e a Modalidade de Licitação;
- 22.2 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo o MUNICÍPIO por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.
- 22.2.1 Ocorrendo erro na apresentação das Notas Fiscais/Faturas as mesmas serão devolvidas à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação das novas Notas Fiscais/Faturas, sem qualquer ônus ou correção a ser pago pelo Município;
- 22.3 É expressamente vedado ao fornecedor cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros;
- 22.4 Os pagamentos serão efetuados somente após a comprovação da Regularidade Fiscal, mediante apresentação, junto às Notas Fiscais/Faturas, de cópias, das Certidões Negativas de Débito com o INSS e FGTS e CNDs Municipal, Estadual e Federal da sede da Contratada e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011.
- 22.5 Conforme determina o Art. 64 da Lei nº 64 da Lei nº 9.430 de 27 de dezembro de 1996 e Instrução Normativa SRF nº 539 de 25 de abril de 2005, os pagamentos efetuados as pessoas jurídicas estão sujeitos a retenção dos impostos e tributos previstos no referido estatuto legal.
- 22.6 As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte), não estão sujeitas a retenção dos referidos tributos e contribuições previstas na referida legislação, desde que comprovada a condição de optante pelo SIMPLES, mediante a apresentação de declaração conforme modelo previsto no anexo da referida Instrução Normativa.

23 - DO REAJUSTE DE PREÇOS

23.1 – Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis pelo prazo de 12 (doze) meses.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS



- 24.1- O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 24.2 É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 24.3 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 24.4 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.5 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.
- 24.6 Poderão obter maiores informações e esclarecimentos sobre este edital no horário de 11h30 as 17h30, no Setor de Licitações dos Fundos Municipal de Saúde e de Assistência Social da PMSM, situado na Avenida Jones dos Santos Neves, n° 70 Centro, ou através do telefone (27) 3761-4864/4875 ou e-mail licitacaofundo@saomateus.es.gov.br.
- 24.7 O licitante fica obrigado a atender a todas as exigências do gestor do contrato referentes ao cumprimento da legislação brasileira vigente.
- 24.8 A CONTRATADA deverá observar e cumprir o disposto na Lei Municipal do Trabalho Seguro nº 1.286/2013, que institui a obrigatoriedade de capacitação dos trabalhadores em saúde e segurança do trabalho.
- 24.9 Fazem parte deste edital os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo de Proposta;

Anexo III - Exigências para habilitação;

Anexo IV - Declaração de superveniência;

Anexo V – Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do Art. 7º da CF.

Anexo VI - Dados do Representante

Anexo VII - Minuta do Contrato.

São Mateus ES, 08 de Julho de 2014.

CASTORINA PEREIRA BARBOSA DA ROCHA

Pregoeira Oficial – FMS/FMAS da PMSM



PREGÃO ELETRÔNICO № 020/2014 ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. - DO OBJETO

O objeto do Pregão Eletrônico é para aquisição de diversos equipamentos permanentes, para a atender a Secretaria Municipal de Saúde de São Mateus/ES.

2 - JUSTIFICATIVA

Os equipamentos solicitados serão adquiridos com Recursos repassados pelo Ministério da Saúde e captação de recurso junto aos parlamentares capixabas. Para equipar as unidades de saúde e programas, através do Programa Aquisição de Equipamento e Material Permanente para a Atenção Básica, referente ao ano de 2013. Estes equipamentos irão proporcionar melhores condições de trabalho para os servidores e melhores serviços prestados a população.

3. FORMA E LOCAL DE ENTREGA

- **3.1** O setor competente para receber, autorizar, supervisionar, conferir e fiscalizar o objeto desta licitação será a Secretaria Municipal de Saúde, observado os artigos 67 a 76, da Lei Federal n**o** 8.666/93.
- **3.2** O servidor público municipal designado, neste ato, para recebimento do objeto acima descrito é o Sr^a. Maria Aparecida Rangel Gomes, matrícula nº 50.530 no cargo AGS II, que atuará como **fiscal Titular**, da compra a ser efetuada, e como **Suplente a Sr. Gilmar Afonso**, matrícula nº 65680 no cargo de Artífice I.
- **3.3** Os fornecedores deverão entregar os itens de forma única, no prazo máximo de até 20 dias consecutivos, após a emissão do pedido expedido pelo setor de compras da Secretaria Municipal de Saúde de São Mateus/ES. A solicitação do fornecimento poderá ser realizada por telefone, fax ou e-mail.

O material solicitado deverá ser entregue no Almoxarifado da Secretaria de Saúde, situado à Rua Cel. Constantino Cunha, nº 1.051, Lago dos Cisnes, São Mateus-ES, Juntamente com a Nota Fiscal. Salientamos que as entregas deverão ser realizadas em dias úteis, entre 08h às 16h durante o expediente deste órgão ou em horário alternativo, previamente acordado formalmente com o responsável. O transporte até o local de entrega será de responsabilidade da empresa contratada.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

4.1 Deverão ser rigorosamente atendidas às especificações constantes da tabela abaixo e observados os esclarecimentos constantes neste termo de referência.

Lote 1

Item	Descrição		Quant
01	Ar condicionado tipo split – climatização apenas frio com capacidade mínima de 12.000BTU/H, Garantia mínima de 02 anos contra defeito de fabricação. Instalado no local indicado pela SEMUS.	Unid.	20
02	Ar condicionado tipo split – climatização apenas frio com capacidade mínima de 18.000BTU/H, Garantia mínima de 02 anos contra defeito de fabricação. Instalado no local indicado pela SEMUS.	Unid.	02
03	Ar condicionado de janela – climatização apenas frio com capacidade mínima de 12.000BTU/H, Garantia mínima de 02 anos contra defeito de fabricação.	Und.	24



Lote 2

Item	Descrição	Und	Quant
01	No-Break Interativo 2000 VA 1. Características 1.1. Potência Nominal de mínima de 2000 VA 1.2 Tensão de entrada de 127/220V, com regulagem de tensão automática 1.3 Tensão de saída de 127V 1.4 Filtro de linha e estabilizador interno 1.5. Conexão para baterias externas: Permite expansão do tempo de autonomia 1.6 Interface RS-232, USB ou Ethernet para monitoramento 1.7. Software de controle 1.8. Acionamento do Inversor: 8ms 1.9 Recarga automática das baterias 1.10 Alarmes audiovisuais (sonoro e leds): Informam os problemas no circuito do nobreak, anormalidades na rede elétrica e final do tempo de autonomia 1.11 Sinalização visual (leds): Prestam informações sobre: rede elétrica normal e Bateria baixa (baterias com pouca carga) 1.12. Permite ser ligado na ausência de rede elétrica (DC Start) 1.13. Proteção contra sobrecarga: Proteção do inversor do nobreak caso o consumo dos equipamentos ligados a ele excedam sua potência nominal 1.14. Proteção contra descarga total das baterias 1.15. Proteção contra sobre tensão e subtensão de rede elétrica 2. Tomadas de saída 2.1 Mínimo de 6 tomadas 3. Baterias 3.1 Internas, seladas, sem emissão de gases nocivos 4. Autonomia 4.1 Mínimo de 5 minutos, a plena carga 5. Certificação 5.1 o fabricante do equipamento deve possuir certificação ISSO 9001 6. Diversos 6.1 Manual de instalação e operação em português 7. Garantia mínima 02 anos	Unid.	04
02	Estabilizador de tensão 500VA potência nominal – 500VA; Tensão de entrada – 115/220V (Bivolt Automático); Tensão de saída – 115V; Operação – Chave liga/desliga embutida; Tomadas de saída – 4 tomadas de saída; Redimento – 90% - Garantia mínima de 02 anos contra defeito de fabricação.	Unid.	29
03	No-Break Interativo 1000 VA 1. Características 1.1. Potência Nominal de mínima de 1000 VA 1.2. Tensão de entrada de 127/220V, com regulagem de tensão automática 1.3. Tensão de saída de 127V 1.4. Filtro de linha e estabilizador interno 1.5. Conexão para baterias externas: Permite expansão do tempo de autonomia 1.6. Interface RS-232, USB ou Ethernet para monitoramento 1.7. Software de controle 1.8. Acionamento do Inversor: < 8ms 1.9. Recarga automática das baterias 1.10. Alarmes audiovisuais (sonoro e leds): Informam os problemas no circuito do nobreak, anormalidades na rede elétrica e final do tempo de autonomia 1.11. Sinalização visual (leds): Prestam informações sobre: Rede elétrica normal e Bateria baixa (baterias com pouca carga) 1.12. Permite ser ligado na ausência de rede elétrica (DC Start) 1.13. Proteção contra sobrecarga: Proteção do inversor do	Unid	07



nobreak caso o consumo dos equipamentos ligados a ele excedam sua	
potência nominal 1.14. Proteção contra descarga total das baterias 1.15.	
Proteção contra sobre tensão e subtensão de rede elétrica 2. Tomadas	
de saída 2.1. Mínimo de 6 tomadas 3. Baterias 3.1. Internas, seladas,	
sem emissão de gases nocivos 4. Autonomia 4.1. Mínimo de 5 minutos,	
a plena carga 5. Certificação 5.1. O fabricante do equipamento deve	
possuir certificação ISO 9001 6. Diversos 6.1. Manual de instalação e	
operação em português 7. Garantia mínima 7.1. 02 anos	

Lote 3

Item	Descrição	Und	Quant
01	TELEVISOR – TV 32 LCD Full HD (1920 x 1080 pixels) – com Digital Crystal Clear, Convesor Digital Integrado (DTV), Pixel Plus HD, 120Hz, 3 Entradas HDMI com EasyLink e USB. Garantia mínima de 02 anos contra defeito de fabricação.	Unid.	09
02	Aparelho de DVD que Reproduz: DVD, DVD-RW, DVD-R, DVD-R DL, DVD+RW, DVD+R, DVD+R DL, DVD-RW (VR), CD, CD-R, CD-RW, VCD, MP3, Jpeg e SVCD. Foto CD: reprodução de imagens Jpeg com índice, zoom, rotação de imagens e slide show com fundo musical. Progressive scanZoom Áudio: - Dolby Digital; - DTS. Controle remoto Precision Drive 3: acesso rápido às faixas do disco e maior fidelidade na reprodução, mesmo em discos arranhados ou com pequenas ondulações. Garantia mínima de 02 anos contra defeito de fabricação.	Unid	12

Lote 4

Item	Descrição	Und	Quant
01	Impressora a Laser Monocromática A4 1. Tecnologia de impressão 1.1. Laser ou Digital LED; 1.2. Painel de controle; 2. Qualidade de Impressão Mínima (Preto, Melhor Qualidade) 2.1. 1200 x 1200 ppp; 3. Velocidade de Impressão Mínima (Preto, Rascunho, A4) 3.1. 20 ppm; 4. Impressão duplex (frente e verso) automática 5. Tamanhos de papel 5.1. A4, Carta, Ofício, Executivo e tamanhos personalizados, envelopes, etiquetas de postagem e transparências para projeção; 6. Capacidade da bandeja principal 6.1. 150 folhas; 7. Interfaces de comunicação 7.1. USB; 7.2. Uma porta Ethernet 10/100 Base-TX, com conector RJ-45 8. Ciclo de Trabalho Mensal Mínimo 8.1. 5.000 páginas; 9. Sistemas operacionais compatíveis 9.1. Microsoft Windows 2000, XP, Server 2003, Server 2008, Vista e Seven; 10. Cabos de conexão 10.1. Deverá ser fornecido um cabo USB; 10.2. Deverá ser fornecido um Patch Cord certificado de no mínimo 2,5 metros; 11. Diversos 11.1. Cartucho de toner preto original do fabricante; 11.2. Manuais e CDs de instalação para os sistemas operacionais compatíveis, em português; 12. Garantia 12.1. 02 anos.	Und.	12

Lote 5

Item	Descrição	Und	Quant
01	MESA DE TRABALHO RETA COM GAVETEIRO 3 GAVETAS MEDIDAS APROXIMADAS: 1200X600X740 Tampo confeccionado com chapas de partículas de madeira de média densidade (MDP – Médium Density Particleboard), selecionadas de	Und.	32



eucalipto e pinus reflorestados, aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo-estabilizadas sob pressão, com 25 mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo-prensado de melaminico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semi-fosco, e anti-reflexo. As chapas possuem densidade média de 565 Kgf/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm² = 3.1, resistência à flexão estática kgf/cm² = 143, resistência à tração superficial Kgf/cm² = 10,2 de acordo com as normas NBR 14810-1 - Terminologia, NBR 14810-2 - Requisitos e NBR 14810-3 - Métodos de ensaio. O bordo que acompanha todo o contorno do tampo é encabeçado com fita de poliestireno com 2,5 mm de espessura mínima, coladas com adesivo hot melt, com arestas arredondadas e raio ergonômico de 2,5 mm de acordo com as Normas ABNT.

Painel frontal, estrutural e de privacidade, confeccionado com chapas de partículas de madeira de média densidade (MDP – Médium Density Particleboard), selecionadas de eucalipto e pinus reflorestados, aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo-estabilizadas sob pressão, com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo-prensado de melaminico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semi-fosco, e anti-reflexo. As chapas possuem densidade mínima de 575 Kgf/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm² = 3.6, resistência à flexão estática kgf/cm² = 163, resistência à tração superficial Kgf/cm² = 10,2 de acordo com as normas NBR 14810-1 - Terminologia, NBR 14810-2 - Requisitos e NBR 14810-3 - Métodos de ensaio. O bordo que acompanha todo o contorno do painel é encabeçado em fita de poliestireno com 0,45 mm de espessura mínima, coladas com adesivo hot melt. A fixação painel/estrutura deverá ser feita por meio de parafusos ocultos.

Estruturas laterais confeccionadas com tubos e chapas metálicas, sendo a base superior de fixação ao Tampo, em tubo de aço medindo: 30 x 20 x 1,2 mm de espessura, a base inferior em chapa de aço repuxada curva, dispensando desta forma o uso de ponteiras de PVC, e com espessura mínima de 1,5 mm, a coluna de sustentação é composta por dois tubos redondos verticais paralelos, com Ø de 31,75 x 1,2 mm de espessura, e duas chapas com espessura mínima de 0,6 mm fixadas aos tubos, sendo, uma interna lisa e fixa; e a outra externa, com estampo perfurado Ø 8 mm em toda a sua área, e removível, de saque frontal, que possibilita a passagem de cabos por duto vertical interno do solo até o tampo da mesa. Todo o conjunto é submetido a um prétratamento por fosfatização a base de zinco (lavagem - decapagem fosfatização) e pintura eletrostática em tinta epóxi em pó texturizada, polimerizada em estufa a 220º C. As Estruturas são dotadas de sapatas niveladoras em nylon injetado, cuja função será contornar eventuais desníveis de piso.

Gavetas (03 gavetas) MEDIDAS 400X440X395 com altura interna útil de 80 mm cada, em chapa metálica dobrada com espessura de 0,45 mm, com pré-tratamento por fosfatização a base de zinco (lavagem - decapagem - fosfatização) e pintura eletrostática em tinta epóxi em pó texturizada, polimerizada em estufa a 200° C. São apoiadas lateralmente entre par de corrediças telescópicas de 02 estágios, com deslizamento por esferas de aço. Corrediças telescópicas medindo aprox. P 400 x h 45 mm em aço relaminado com acabamento em Zinco eletrolítico cromatizado, de abertura total e prolongamento de curso em 27 mm do comprimento nominal. Fixação lateral, sistema 32 mm, com 04 parafusos cabeça panela PHS AA 3,5 de cada lado. Autotravante fim de curso aberto e travas fim de curso que permitem a retirada da gaveta. Capacidade de peso: 35 kg por gaveta.



	Frentes das gavetas confeccionadas com chapas de partículas de madeira de média densidade (MDP – Médium Density Particleboard), selecionadas de eucalipto e pinus reflorestados, aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo-estabilizadas sob pressão, com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo-prensado de melaminico com espessura de 0,2 mm, texturizado, semi-fosco, e anti-reflexo. As chapas possuem densidade mínima de 575 Kgf/m³, resistência à tração perpendicular kgf/cm² = 3,6, resistência à flexão estática kgf/cm² = 163, resistência à tração superficial Kgf/cm² = 10,2 de acordo com as normas NBR 14810-1 - Terminologia, NBR 14810-2 - Requisitos e NBR 14810-3 - Métodos de ensaio. O bordo que acompanha todo o contorno das frentes é encabeçado com fita de poliestireno com 2 mm de espessura mínima, coladas com adesivo hot melt, com arestas arredondadas e raio ergonômico de 2 mm de acordo com as Normas de Ergonomia NR-17. As frentes são dotadas de puxadores tipo "alça", injetados em zamak, com rosca interna M4 com acabamento níquel fosco. A fixação dos mesmos deve ser feita por dois parafusos, à razão de 96 mm. O gaveteiro é dotado de fechadura frontal com trava simultânea das gavetas. A rotação 180º da chave aciona haste em aço conduzida por guias, com ganchos para travamento simultâneo das gavetas. Acompanham 02 chaves (principal e reserva) com corpos escamoteáveis (dobráveis) com acabamento niquelado e capa plástica. Corpo (02 laterais, 01 fundo, 02 travessas de travamento e 02 travessas de fixação) confeccionado com chapas de partículas de madeira de média densidade (MDP – Médium Density Particleboard), selecionadas de eucalipto e pinus reflorestados, aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo-estabilizadas sob pressão, com 18 mm de espessura, revestido em ambas as faces com filme termo-prensado de media densidade (MDP – Médium Density Particleboard), selecionadas de eucalipto e pinus reflorestados, aglutinadas e consolidadas com resina sintética e termo-estabiliza		
02	Mesa de Reunião Oval confeccionada em MDP/MDF com bordas de acabamento em PVC Semi Rigido de Alto Impacto, reforço central em madeira. Estrutura dos pés em aço com pés duplos em aço com tratamento de pintura eletrostático a pó, base reta com sapatas niveladoras de solo contra desnível de ambiente. Dimensões aproximadas: 2,00 x 0,90 x 0,77m. Garantia mínima de 02 anos contra defeito de fabricação.	Und.	06
03	LONGARINA 4 LUGARES, com braços, assento e encosto em polipropileno de alta resistência, com furos para ventilação corporal do usuário, estrutura cromada de tubo 30x50mm com reforço ao meio, acabamento com ponteiras 30x50mm de termoplástico injetado de alta resistência; medidas aproximadas: altura mínima do assento: 490mm, altura mínima do encosto: 810mm, profundidade do banco: 555mm. Garantia mínima de 02 anos contra defeito de fabricação.	Unid.	02



		1	
04	LONGARINA 4 LUGARES, com braços, Lisa, Assento e encosto em compensado anatômico de 12mm, espuma em poliuretano injetado de 45mm, perfil protetor de bordas em PVC flexível. Revestido em corino, sem costura, cor verde musgo, com braço. Estofada em espuma injetada, com 30mm de espessura; medidas aproximadas do assento/encosto: assento: 430x440, encosto. 360x420/340. Garantia mínima de 02 anos contra defeito de fabricação.	Unid	03
05	LONGARINA 3 LUGARES, com braços, Lisa, Assento e encosto em compensado anatômico de 12mm, espuma em poliuretano injetado de 45mm, perfil protetor de bordas em PVC flexível. Revestido em corino, sem costura, cor verde musgo, com braço. Estofada em espuma injetada, com 30mm de espessura, medidas aproximadas do assento/encosto: assento: 430x440, encosto. 360x420/340. Garantia mínima de 02 anos contra defeito de fabricação.	Unid	02
06	LONGARINA 5 LUGARES, com braços, Lisa, Assento e encosto em compensado anatômico de 12mm, espuma em poliuretano injetado de 45mm, perfil protetor de bordas em PVC flexível. Revestido em corino, sem costura, cor verde musgo, com braço. Estofada em espuma injetada, com 30mm de espessura; medidas aproximadas do assento/encosto: assento: 430x440, encosto. 360x420/340. Garantia mínima de 02 anos contra defeito de fabricação.	Unid	02
07	CADEIRA FIXA, constituída de assento e encosto plásticos, e estrutura metálica. Estrutura composta de tubos de aço 1010 /1020 CROMADA, sendo os pés e suportes do assento e encosto fabricados em tubos oblongos 16x30 com 1.5mm de espessura de parede soldados com solda Mig a duas travessas horizontais de tubos de aço 7/8" x 1,2mm de espessura formando um conjunto estrutural empilhável. Estrutura com tratamentos químicos de fosfatização e pinturas epóxi pó. Acabamento nas pontas dos tubos dos pés e travesses, com ponteiras plásticas injetadas em polipropileno. Assento confeccionado em polipropileno copolímero (PP) injetado e moldado anatomicamente com acabamento texturizado. Suas dimensões aproximadas são de: 465mm de largura, 470mm de profundidade 5mm de espessura de parede. Deverá ter cantos arredondados unidos à estrutura por meio de 4 (quatro) parafuso 5x30 para plástico. Altura do assento até o chão de 425mm. Encosto fabricado em polipropileno copolímero injetado e moldado anatomicamente com acabamento texturizado, com dimensões aproximadas de 460mm de largura por 330mm de altura, com espessura de parede de 5mm e cantos arredondados, unidos à estrutura por dupla cavidade na parte posterior do encosto que se encaixa a estrutura metálica, travada por dois pinos fixadores plásticos injetados em polipropileno copolímero, na cor do encosto, dispensando a presença de rebites ou parafusos. O encosto deverá possuir furos para ventilação. COR VERDE. Garantia mínima de 02 anos contra defeito de fabricação.	Unid	106
08	Cadeira operacional, de espaldar Alto, com apoio para os braços, rodízios, com assento e encosto confeccionados com espumas flexíveis de poliuretano injetadas, assento estruturado em compensado anatômico, multi laminado, resinado e prensado, com espessura mínima de 15 mm, com espessura de cada lâmina não superior a 1,5 mm, dotado de contra capa injetada em polipropileno copolímero com espessura mínima e de 1,8 mm, dotada de raios nas quatro intersecções que formam os cantos da peça, apresentando 04 orifícios guias com pinos de encaixe por pressão, para fixação da contra capa ao compensado estrutural, além de possuir ressaltos moldados na matriz de injeção em cada orifício para fixação dos mecanismos e braços. A contra capa injetada em polipropileno para assento possui, em sua	Unid	22



porção traseira, um acabamento em "U" invertido, a partir de dois rebaixos criados no projeto da matriz de injeção, com abertura horizontal, no plano transversal, mínima de 140 mm e, vertical de 55 mm, medidas desprezando os raios das bordas inferiores, que são de 5 mm, acabamento este que proporciona perfeito acabamento ao conjunto. Assento com característica de pouca ou nenhuma conformação em sua base para garantir alternância postural e borda frontal arredondada para não prejudicar a circulação sanguínea dos membros inferiores do usuário, em conformidade com Norma Regulamentadora nº 17, Portaria MTPS nº 3.751 de 1990 do Ministério do Trabalho e Emprego, subitem 17.3.3, alíneas, Encosto estruturado em compensado multilaminado com espessura mínima de 12 mm, com espessura máxima de cada lâmina não inferior a 1,5 mm, dotado de quatro pontos para encaixe da contra capa de encosto, que é injetada em polipropileno copolímero e possui espessura mínima predominante de 2.5 mm, com raio nas quatro interseções que formam os cantos da peça. Espaldar provido de raio de curvatura mínimo de 400 mm e conformação anatômico para apoio da região lombar do usuário (em consonância com disposto no item 17.3.3, alínea da Norma regulamentadora nº 17 do Ministério do Trabalho e Emprego, regulamentada pela Portaria nº MTPS 3.751, de 1990). Revestimento em tecido tipo crepe 100% poliéster, com 360 gramas por metro linear, com performance de abrasão: DIN 53863-2/79, classificação 5; Piling:JIS-I-1076a (IPT) DC 33 ASTM-D 3512/82 classificação 5; Flamabilidade: NBR 9442/1986 , ISSO 6940/1984, DIN 75200/80 classificação 5: Solidez á luz DIN 5400/83 Xenotest 200 horas fade-ometer: Tensão e alongamento: ASTM-D 5035/95, classificação 5. Dimensões mínimas de encosto: 620 de extensão vertical, 460 de largura na parte superior, 470 na parte central e 480 na parte inferior; Dimensões mínimas do assento: 455 profundidade, 480 de largura; A estrutura de sustentação do assento e encosto deverá ser constituída de um mecanismo modelo relaxita, fixando ao assento por quatro (04) parafusos 1/4x7/8" sextavados. O encosto deverá ser fixado à lâmina por quatro (04) parafusos 1/4x3/4", mecanismo acoplado ao pistão modelo gás juntamente encaixado a base de cinco (05) pernas e cinco (05) rodízios. O diâmetro ocupado pela base é de Ø650 mm de circunferência. O mecanismo é feito em chapa de aço 1010/1020 de espessura 2.65mm, fosfatada pintada com tinta epóxi pó. Dotada de alavanca plástica para acionamento da coluna a gás para regulagem de altura do assento, além de travamento e liberação do reclinamento simultâneo de assento e encosto. A tensão desse reclinamento deverá ser ajustável por meio de uma manopla que quando girada aumenta ou diminui a pressão sobre a mola que regula o movimento. Base penta pé, (aranha com cinco pernas) fabricada em chapa 1010/1020 e espessura 1,50mm, conformada na ponta do tubo para encaixe do pino "euro" coberto por uma carenagem injetada e moldada como acabamento. A coluna modelo gás deverá ter um curso de 110mm com acabamento externo plástico que cobre a sua haste e vai até a base penta pé se encaixando perfeitamente a ela. Todas as peças metálicas deverão ter passado pelo processo de banhos decapantes e de fosfatização com posterior pintura em tinta epóxi a pó, evitando oxidação. Altura do chão ao assento no mínimo 460 e 570 no máximo, cor verde. Garantia mínima de 02 anos contra defeito de fabricação.



5. PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 A dotação orçamentária para o exercício de 2014, destinada ao pagamento do objeto licitado estão previstas e indicadas no processo pela área competente da Secretaria Municipal de Saúde, sob os seguintes números:

Recurso: 12030000 - SUS

0090009010.1030101471.104 - Conservação, Ampliação e Construção de Unidades Básicas, Academias de saúde e Unidade Pronto Atendimento 449052000000 - Equipamento e Material Permanente - Ficha - 118

Recurso: 12030000 - SUS

0090009010.1030101532.222 – Impl. E Manut. Do Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró Saúde 449052000000 – Equipamento e Material Permanente – Ficha – 179

- **5.2** A parte das despesas decorrentes desta licitação que não forem realizadas em 2014 correrá à conta de dotações orçamentárias próprias de exercícios futuros.
- **5.3** O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde em até de 30 (trinta) dias, por processo legal, após a devida comprovação da entrega do objeto.
- **5.4** Se o objeto não for entregue conforme condições deste termo, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento regular.
- **5.5** Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.
- **5.6** Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços

6. DO RECEBIMENTO

- **6.1.** O objeto deste Termo de Referência será dado como recebido de acordo com os artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, conforme:
- **6.2 Provisoriamente, no prazo máximo de 05(cinco) dias** na apresentação da mercadoria, acompanhado da devida Nota Fiscal, devendo neste momento ser realizada conferência inicial por responsável do Fundo Municipal de Saúde e se identificada conformidade com as especificações técnicas, o canhoto da Nota Fiscal é assinado e é emitido o **Termo de Recebimento Provisório**;
- **6.2.1 Definitivamente**: após nova conferência e verificação por Fiscal competente do Fundo Municipal de Saúde e se confirmada conformidade com as especificações técnicas, a Nota Fiscal será atestada e é emitido o **Termo de Recebimento Definitivo no prazo de 05(dias) a contar do recebimento provisório**;

05. PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA

5.1 O contrato terá um período de **06 (seis) meses** de duração, contados da data da assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, de acordo com a legislação vigente.



- **5.2** O prazo de garantia deverá ter um período mínimo 02 **(dois) anos**, com início a partir da data de entrega do equipamento, e inclui a substituição de todas as peças, componentes e acessórios, sem quaisquer ônus.
- **5.3** Os serviços em garantia deverão ser prestados pelo fabricante do equipamento ou por rede de assistência técnica do próprio fabricante.

06. RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO

6.1 O servidor público municipal designado neste ato como **Fisca**l para recebimento do objeto acima descrito é a **Sra. Maria Aparecida Rangel Gomes**, efetiva, matrícula nº 50.530, Decreto nº 548/91, no cargo ASG II e como **suplente** o **Sr. Gilmar Afonso**, efetivo, matrícula nº 65680 Decreto nº 1.668/2000, no cargo de Artífice I. Telefone (27) 3763-1601 — e-mail: patrimônio.saudesm@gmail.com.

07. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

- **7.1**. O pagamento decorrente da concretização da entrega da mercadoria será efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde em até de 30 (trinta) dias, por processo legal, após a apresentação dos seguintes documentos:
 - a) Nota Fiscal/Fatura de serviços discriminativa, em via única, devidamente atestada pela Secretaria requisitante, assim como pelo fiscal do contrato;
 - b) Certidão Negativa de Débito CND, emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social INSS; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme lei nº 12.440/2011.
 - c) Certificado de Regularidade do FGTS CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal; e
 - d) Certidão Conjunta perante a Secretaria da Receita Federal, e a Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme IN/SRF nº 574/2005 e CND Estadual e Municipal na sede do Licitante:
 - e) Relatório de fiscalização.
- **7.2** A apresentação de Nota Fiscal/Fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no subitem anterior implicará na sua devolução à Empresa contratada para regularização, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- **7.3** O FMS reterá, na fonte, sobre o pagamento efetuado os tributos e contribuições de que trata a Instrução Normativa SRF nº 539/2005.
- **7.4** Se a empresa contratada for optante pelo SIMPLES, deve anexar à Nota Fiscal/Fatura documento que comprove esta opção, na forma do Anexo IV, da IN/SRF nº 480/2004, alterada pela IN/SRF nº 539/2005, situação em que incidirá a retenção no percentual estabelecido na Lei 123/06, devendo a CONTRATADA discriminar o percentual na nota fiscal.
- **7.5** Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.



7.6 Considera-se data do pagamento o dia da efetiva entrega da Ordem Bancária na unidade bancária.

08. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **8.1** Fiscalizar a entrega, podendo sustar ou recusar o material entregue em desacordo com as especificações apresentadas;
- **8.2** Proporcionar todas as facilidades necessárias à CONTRATADA, inclusive comunicando por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança, bem como, qualquer ocorrência relacionada com a entrega do(s) medicamento (s).
- 8.3 Notificar a empresa de eventuais atrasos na entrega dos produtos.
- **8.4** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados, medidos e faturados.
- **8.5** Notificar, por escrito, à CONTRATADA, defeitos e irregularidades encontradas nos equipamentos, fixando prazos para sua substituição.

9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- **9.1** Providenciar a substituição no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, do(s) equipamento(s) que apresentarem defeito.
- **9.2** Efetuar a substituição de forma rápida, eficaz e eficiente, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE.
- **9.3** Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.
- **9.4** Zelar pela padronização e qualidade do equipamento fornecido, empregando matérias primas condizente com as necessidades de uso do produto e que proporcionem longa durabilidade.
- 9.5 Respeitar e cumprir as Normas Administrativas em vigor no MUNICÍPIO.
- **9.6** Cumprir integralmente os dispositivos legais provenientes de trabalho seguro, inclusive Lei Municipal do Trabalho Seguro nº 1.286/2013.

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS LICITANTES

10.1 Comprovação de que o licitante forneceu materiais de natureza semelhante ou compatível ao indicado no presente termo de referência. A comprovação será feita por meio de apresentação de <u>atestado(s)</u>, em nome do licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, que comprovem o fornecimento pertinente e compatível com o objeto da licitação.

11 - CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1 O Critério de Avaliação da proposta é o de menor preço por lote.



12. VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

12.1 Os Valores referenciais encontrados foram de apenas dois itens no site do COMPRASNET do pregão 004/2014 do dia 19/02/2014, como também cotações com empresas especializadas em cada ramos conforme mapa comparativo em anexo.

13 - DAS PENALIDADES

- **13.1.** Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Fundo Municipal da Saúde poderá, garantida a prévia defesa do contratado no prazo legal, aplicar as seguintes sanções;
- a) advertência sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;
- **b)** multa moratória a empresa contratada ficará sujeita a multa diária de 0,03% sobre o valor total do contrato, pelo atraso injustificado na execução de qualquer obrigação contratual ou legal podendo esse valor ser abatido no pagamento a que fizer jus a contratada, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente, sendo a somatória da multa limitada a 20% do valor total do contrato;
- c) multa compensatória em razão de inexecução total ou parcial do contrato, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida ou, não sendo possível determinar esse valor sobre o valor total do contrato, podendo esse valor ser abatido do pagamento a que fizer jus o contratado, recolhido através de GRU, ou cobrado judicialmente;
- **d)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- e) declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- f) Pela recusa em aceitar o pedido de fornecimento e/ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, a Contratada se sujeitará à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
- **13.2.** O FMS aplicará as penalidades previstas na lei 8.666/93 e no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil.
- 13.3. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- **13.4.** É admissível recurso das penalidades previstas neste capítulo, exceto para a prevista na alínea "e", no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de intimação do ato (publicação no DIO/ES), de acordo com os preceitos do artigo 109, da Lei 8.666/93 atualizada.
- **13.5.** No caso de declaração de inidoneidade, prevista no subitem 14.1 alínea "e", caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.
- **13.6.** Os recursos serão dirigidos à Autoridade que aplicou a penalidade, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou mantê-la, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.



14 CONDIÇÕES GERAIS

- 14.1 É obrigatória a indicação da MARCA.
- **14.2** Todos os itens estarão sujeitos a solicitação de catálogos ou amostras, caso as marcas cotadas sejam desconhecidas por esta Secretaria. Os catálogos ou amostras deverão ser enviados no prazo máximo de 48 horas após solicitação.
- 14.3 Todos os equipamentos deverão ser novos, e estar em perfeitas condições de uso.
- **14.4** Nos valores cotados deverão estar inclusos todos os custos, inclusive transporte, embalagem, seguros, frete, impostos, e quaisquer outros custos que incidam direta ou indiretamente na aquisição e entrega dos materiais cotados.

15. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

15.1 Os preços são reajustáveis após 12 meses de vigência do contrato, pelo índice setorial aplicável ao objeto.

16. FONTE DE RECURSO E/OU CONVÊNIO

16.1 Os equipamentos solicitados serão adquirido com Recursos repassados pelo Ministério da Saúde, através do Programa Aquisição de Equipamento e Material Permanente para a Atenção Básica, com recursos referente ao ano de 2013, conforme documentos anexos.



PREGÃO ELETRÔNICO № 020/2014 ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

(Nome da Empresa)

Empresa:

Linpicso		(140	me da Empresa)			
AO MUN	ICÍPIO [DE SÃO MA	TEUS - ES			
OBJETO	: AQUI	SIÇÃO DE	DIVEROS EQUIPAMENTOS PERMAN	NENTES.		
Prezados	s Senho	res:				
			Proposta Comercial para fornecimento dos noises do PREGÃO ELETRÔNICO nº 020/2014		abaixo, com en	trega única, d
			LOTE			
ITEM	UND	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01						
02						
03		 ALOR DO T				
Anexo I -	- Descri	a proposta ção do objete sta Comercia				
Anexo III Anexo IV Anexo V	– Exigê ′ – Decla – Decla	ncias para H aração de su ração de ate	Habilitação; iperveniência; endimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Cons	stituição Federal;		
Sem mai	s para o	momento, f	irmamo-nos.			
Atencios	amente,					

Obs.: Nos preços unitários, será permitido no máximo 02 (DUAS) casas decimais, conforme item 12.1.8 alínea "f" do edital.

Identificação e assinatura do representante legal/carimbo



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2014

ANEXO III - EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

1 - DA HABILITAÇÃO

Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos neste edital.

1.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores:
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

1.2. DA REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ.
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (Certidão Negativa Conjunta), Estadual e Municipal da sede da licitante:
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS;
- d) Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS).
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12 440/2011
- g) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (FAC Ficha de Atualização Cadastral) ou Municipal Alvará de Funcionamento, relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

1.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de que o licitante forneceu materiais de natureza semelhante ou compatível ao indicado no Anexo I do presente edital. A comprovação será feita por meio de apresentação de <u>atestado(s)</u>, em nome do licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, que comprovem o fornecimento pertinente e compatível com o objeto da licitação, descrito no anexo I do presente edital;

1.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

 a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 30 (trinta) dias, anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação;

1.5. OUTROS DOCUMENTOS:

1.5.1 - Declaração de Superveniência (Anexo IV);

1.5.2 - Declaração de Atendimento ao Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal (Anexo V);

Observação:

OBS: As empresas cadastradas no SICAF/FEDERAL poderão deixar de apresentar as documentações exigidas nos itens 1.1 letras "a" à "d" e 1.2 letra "a" à "d", substituindo-os pelo referido Certificado, obrigando-se, no entanto, a declarar sob as penalidades legais cabíveis, a inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, conforme modelo anexo IV.

CASTORINA PEREIRA BARBOSA DA ROCHA Pregoeira Oficial – FMS/FMAS DA PMSM



PREGÃO ELETRÔNICO № 020/2014 ANEXO IV - MODELO

LOCAL E DATA	
Ao:	
MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS - ES	
DECLARAÇÃO	
A empresa(Nome da Empresa), estabelecida devidamente inscrita no CNPJ sob o nº, declara superveniente impeditivo a sua participação no Pregão Eletrônico Nº 02	a sob as penalidades cabíveis a inexistência de fato
(nome e identificação do represo	 entante legal)



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2014

ANEXO V - MODELO

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

, inscrito no CNPJ n°, por intermédio de seu representante legal o(a Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nºe do CPF nº e do CPF nº
DÈCLARA , para fins do disposto no <u>inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993</u> , acrescido pela Lei n 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .
(data)
Representante Legal



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2014 ANEXO VI

DADOS COMPLEMENTARES DO REPRESENTANTE, CREDENCIADO, PARA ASSINAR O CONTRATO

NOME:			
Nº C.I.:	ÓRGÃO EMISSOR:		UF:
Nº CPF:	UF:	NACIONALIDADE:	
PROFISSÃO:		ESTADO CIVIL:	
ENDEREÇO COMPLETO DA	N PESSOA JURÍC	OICA – TELEFONE e E-N	MAIL:
	[cidade] ,	de	de 2014.
		Assinatura e Carimb	0

Observação:

Caso o representante seja procurador legal da empresa, anexar a procuração juntamente com a documentação.



PREGÃO ELETRÔNICO № 020/2014 ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO OUE ENTRE SI CELERRAM O MUNICÍRIO DE SÃO

		POR INTERMÉDIO DO MATEUS-ES	FUNDO M	UNICIPAL D	E SAÚDE DE
O MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS – ES por interripurídica de direito público interno, inscrito no CN Santos Neves, nº 70, Centro, São Mateus - ES	NPJ/MF sob S, doravant), e a Empr ., estabelec	o o nº. 11.356.696/0001 e denominado <u>CONTRA</u> esa ida na	-00, com se <u>TANTE</u> , ne , pessoa , n	ede na Aven este ato repr jurídica de , doravant nacionalidade	ida Jones dos resentado pelo direito privado, te denominada e, estado civil,
tendo em vista o Pregão Eletrônico nº. 020 012.377/2014, 008.833/2014, 010.557/2014, 0 8.666/1993, resolvem assinar o presente contrato)/2014, e (10.552/2014	o Processo Administrat 4, 010.555/2014, nos t	tivo nº 012 ermos das	2.376/2014, Leis nº.s ´	010.554/2014,
CLÁUSULA PRIMEIRA					
1. DO OBJETO					
1.1. Este Contrato tem por objetivo a AQUI : atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, de	SIÇÃO D acordo cor	E DIVEROS EQUIPA m o descrito no anexo I, o	AMENTOS deste Contra	S PERMAN ato.	ENTES , para
CLÁUSULA SEGUNDA					
2. DO PREÇO A SER CONTRATADO					
2.1. O Contratante pagará à Contratada o valor o inclusos todos os impostos, taxas, tributos diret instalações e quaisquer despesas inerentes à cor	tos e indire	tos, encargos sociais, so	eguros, fret), e nele es, material,	deverão estar mão-de-obra,
§1º - Os preços contratados serão fixos e ir CLÁUSULA TERCEIRA	reajustáveis	s pelo prazo de 12 (doze)) meses.		
3. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO					

3.1.1 – A Nota Fiscal apresentada deverá constar o número do item do material e o número e a Modalidade de Licitação;

juntamente com o relatório de fiscalização;

3.2 – No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo o CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

3.1 – Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, através de depósito em conta corrente do fornecedor, no Banco por ele indicado, contados da data da certificação/aceitação dos materiais, constantes no verso da Nota Fiscal/Fatura em 02 (duas) vias, com o visto do funcionário competente para o recebimento e conferência dos produtos

3.2.1 - Ocorrendo erro na apresentação das Notas Fiscais/Faturas as mesmas serão devolvidas à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data da apresentação das novas Notas Fiscais/Faturas, sem qualquer ônus ou correção a ser pago pelo Município;



- 3.3 É expressamente vedado ao fornecedor cobrança ou desconto de duplicatas através de rede bancária ou de terceiros:
- 3.4 Os pagamentos serão efetuados somente após a comprovação da Regularidade Fiscal, mediante apresentação, junto às Notas Fiscais/Faturas, de cópias, das Certidões Negativas de Débito com o INSS e FGTS e CNDs Municipal, Estadual e Federal da sede da Contratada e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, conforme Lei nº 12.440/2011.
- 3.5 Conforme determina o Art. 64 da Lei nº 9.430 de 27 de dezembro de 1996 e Instrução Normativa SRF nº 539 de 25 de abril de 2005, os pagamentos efetuados as pessoas jurídicas estão sujeitos a retenção dos impostos e tributos previstos no referido estatuto legal.
- 3.6 As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte), não estão sujeitas a retenção dos referidos tributos e contribuições previstas na referida legislação, desde que comprovada a condição de optante pelo SIMPLES, mediante a apresentação de declaração conforme modelo previsto no anexo da referida Instrução Normativa.

CLÁUSULA QUARTA

4. DO PRAZO DE INÍCIO E DA DURAÇÃO DO CONTRATO

- 4.1. O presente contrato tem duração estimada em 06 (seis) meses, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento;
- 4.2. O prazo deste Contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante acordo prévio entre as partes contratantes, através de Termo Aditivo e em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA QUINTA

5. DAS FONTES DE RECURSOS

0090 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 009010 – Fundo Municipal de Saúde

10 - Saúde

301 - ATENÇÃO BÁSICA

0147 - IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE

1.104 - CONSERV., AMPL. E CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS, ACADEMIAS DE SAÚDE E UNID. PRONTO ATENDIMENTO (UPA)

44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

12030000 - RECURSOS SUS - Ficha 0000118

0090 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

009010 - Fundo Municipal de Saúde

10 - Saúde

301 - ATENÇÃO BÁSICA

0153 - EDUCAÇÃO EM SAÚDE

2.222– IMPLANTAÇÃO E MANUT. DO PROGRAMA NACIONAL DE REORIENTAÇÃO DA FORMAÇÃO PROF. DE SAÚDE – PRÓ SAÚDE

44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

12030000 - RECURSOS DO SUS - Ficha 0000179

CLÁUSULA SEXTA

6. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

6.1 - Todo material deverá ser entregue de **forma única**, na Secretaria Municipal de Saúde, – Setor de Almoxarifado, localizado na Rua Coronel Constantino Cunha nº 1.051 – bairro Lago dos Cisnes – São Mateus – ES, CEP 29.930-000 – Tel.: (27) 3767-8913 ou 3767-1017 – e-mail: amx.semus@gmail.com e/ou compras.saudesm@gmail.com, em dias úteis, no horário das 08:00 às 16:00.



- 6.2 O prazo para entrega dos materiais será contado a partir do dia do recebimento da Autorização de Fornecimento, expedida pelo Município, devendo ser efetivada em até 20 (vinte) dias consecutivos contados a partir do efetivo recebimento de autorização de fornecimento.
- 6.3 Feita a entrega pela Licitante, o Município por intermédio do servidor designado, realizar-se-ão no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, os exames necessários para certificar a aceitação dos Materiais, de modo a comprovar que atendem às especificações técnicas estabelecidas no Edital.
- 6.4 Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os Materiais não atendem às especificações técnicas do objeto licitado, poderá a Administração rejeita-los, integralmente ou em parte, obrigando-se a Licitante a providenciar a sua substituição dos bens não aceitos no prazo máximo de até 05 (cinco) dias, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil de 2002.

CLÁUSULA SÉTIMA

7. DO PRAZO DE VALIDADE DOS MATERIAIS

7.1. A VALIDADE dos produtos não poderá ser inferior a 02 (dois) anos, contados a partir da data de entrega.

CLÁUSULA OITAVA

8. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 - Compete a CONTRATADA:

- a) Entregar o material ofertado de acordo com o estipulado no edital de Pregão Eletrônico nº 020/2014;
- b) Utilizar pessoal técnico qualificado para o exercício das atividades que lhe forem confiadas;
- c) Designar funcionário responsável pelo acompanhamento e fiscalização na entrega dos materiais adquiridos.
- Registrar ocorrências havidas durante a vigência do presente contrato, de tudo dando ciência à Contratante, respondendo integralmente por sua omissão;
- e) Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.2. Compete a CONTRATANTE:

- a) Pagar a contratada, o preço estabelecido na Cláusula Segunda, nos termos deste Contrato;
- b) Definir o local para entrega dos materiais adquiridos;
- c) Designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização na entrega dos produtos adquiridos;

CLÁUSULA NONA

9. DAS PENALIDADES

- 9.1. Durante a execução do Contrato, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:
- a) advertência;
- b) multa de 0,03% (três décimos por cento) por dia de atraso, limitada a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;
- c) multa de 10% (dez por cento) pelo descumprimento do Contrato;
- d) suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração e, se for o caso, descredenciamento no Município, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.
- e) declaração de inidoneidade para contratar com toda a Administração Pública Estadual, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.



- 9.1.1 No caso de aplicação de advertência, multa e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.
- 9.2. Antes da aplicação de qualquer das penalidades, a Contratada será advertida, devendo apresentar defesa em 05 (cinco) dias úteis. A sanção de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada juntamente com a sanção prevista na alínea "c", facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.
 - 9.2.1. A Contratada, durante a execução do Contrato, somente poderá receber 03 (três) advertências, quando, então, será declarado o descumprimento do Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis. A Administração, porém, poderá considerar rescindido o Contrato mesmo que só tenha ocorrido uma advertência.
 - 9.2.2. As advertências, quando seguidas de justificativa aceita pela Administração, não serão computadas para o fim previsto no item 9.2.1.
 - 9.2.3. As advertências, quando não seguidas de justificativa aceita pela Administração, darão ensejo à aplicação das penalidades das letras "b" a "e" do item 9.1.
- 9.3. As multas previstas nas letras "b" e "c" poderão ser aplicadas em conjunto e poderão ser acumuladas com uma das penalidades previstas nas letras "d" e "e" do item 9.1.
 - 9.3.1. A multa moratória será calculada do momento em que ocorreu o fato gerador e, não, da advertência, estando limitada a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, quando deverá ser rescindido o Contrato e aplicada, também, a multa cominatória de 10% (dez por cento). Poderá a Administração, entretanto, antes de atingido o préfalado limite, rescindir o Contrato em razão do atraso.
- 9.4. A Administração poderá considerar outros fatos, que não o simples atraso na execução do Contrato, para entender rescindido o Contrato.
- 9.5. As multas serão calculadas pelo valor total do Contrato, devidamente atualizado nos termos das cláusulas do reajuste.
- 9.6. Se o descumprimento do Contrato gerar conseqüências graves para a Administração, poderá a Administração, além de rescindir o Contrato, aplicar uma das penalidades previstas na letra "d" ou "e" do item 9.1.
- 9.7. Se os danos restringirem-se à Administração Contratante, será aplicada a pena de suspensão pelo prazo de, no máximo, 02 (dois) anos.
- 9.8. Se puderem atingir a Administração Pública Estadual como um todo, será aplicada a pena de Declaração de Inidoneidade.
- 9.9. A dosagem da pena e a dimensão do dano serão identificados pelo Secretário/Dirigente do Órgão/Entidade licitante.
- 9.10. Não confirmada a Declaração de Inidoneidade, será esta considerada como suspensão para contratar com a Administração pelo prazo máximo.
- 9.11. Poderão ser declarados inidôneos ou receberem a pena de suspensão, as empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/93:
 - a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.
 - b) tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.
 - c) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude da prática de atos ilícitos.
- 9.12. O descumprimento do prazo de entrega conforme Cláusula Sexta implicará, por dia de atraso, na aplicação de multa de mora de 0,03% (três centésimos por cento) do valor global da Nota de Empenho.
- 9.13 Pela recusa injustificada da assinatura da Ordem de Fornecimento, a contratada será penalizada em até 10% do valor do contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA

10. DA RESCISÃO

- 10.1. Constituem motivos para a rescisão contratual:
- a) O descumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) A lentidão no cumprimento do contrato, que impossibilite a conclusão dos serviços no prazo estipulado.
- c) Atraso injustificado no início dos serviços;
- d) Paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao Município;
- e) A subcontratação total ou parcial do seu objeto;
- f) Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores:
- g) O cometimento reiterado de faltas na execução, anotadas na formas do § 1º do art. 67, da Lei nº 8.666/93;
- h) Decretação de falência, recuperação judicial, instauração de insolvência civil, dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- i) Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada que, a Juízo do Município, prejudique a execução do Contrato;
- j) O valor das multas aplicadas atingir 10% (dez por cento) do valor global contratado ou após o trigésimo dia de atraso no cumprimento da obrigação assumida;
- I) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito, exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- m) O descumprimento do disposto no inciso V do art.27 da Lei 8.666/93, com a redação conferida pela Lei 9.854/99.
- 10.2. A rescisão do Contrato poderá ainda ocorrer nas demais hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.
- 10.3. A rescisão do Contrato poderá ainda ocorrer de forma amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo desde que haja conveniência para a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11. DOS ADITAMENTOS

11.1 O presente contrato poderá ser aditado nos termos previstos na Lei nº 8.666/93, e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12. DOS RECURSOS

12.1 Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13. DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

- 13.1. A execução do contrato será acompanhada pela Secretaria Municipal de Saúde, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observando o disposto neste contrato e seus parágrafos, sem o que não será permitido qualquer pagamento;
- 13.2. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pelo representante da Administração especialmente designado, conforme determinação dos artigos 58, inciso III e artigo 67 da Lei 8.666/1993. Desta forma, designa-se Titular o servidor público a Srª. Maria Aparecida Rangel Gomes, matricula nº 50.530, Decreto nº 548/91, no cargo ASG II e como Suplente o servidor público a Sr. Gilmar Afonso, matrícula nº 65680, Decreto nº 4.040/2008, no cargo de Artífice I, para o fiel cumprimento do presente contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

CPF(MF):

14. DO R	REPRESENTA	ANTE DA CONTRATADA
14.1. R	epresentará	a Contratada na execução do ajuste, como preposto,, brasileiro, desta empresa.
CLÁUSU	ILA DÉCIMA	QUINTA
15. DAS	DISPOSIÇÕE	ES FINAIS
		A deverá manter durante toda a execução do contrato compatibilidade com a obrigação assumida, indições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
		for omisso, o presente instrumento contratual, reger-se-á pelas Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/1993 e elecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 020/2014.
15.3 A C pertinent		A deverá atender a todas as exigências da CONTRATANTE quanto ao cumprimento da legislação
		A deverá observar e cumprir o disposto na Lei Municipal do Trabalho Seguro nº 1.286/2013, que de de capacitação dos trabalhadores em saúde e segurança do trabalho.
CLÁUSU	ILA DÉCIMA	SEXTA
16. DAS	DISPOSIÇÕE	ES GERAIS E DO FORO
	direta ou indir	da Comarca de São Mateus, Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação etamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado
		ustos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, s efeitos legais.
		São Mateus, de de 2014.
		MÉRCIA MONICO COMÉRIO DE HOLANDA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO MATEUS CONTRATANTE
		Nome Cargo Empresa CONTRATADA
TESTEM	UNHAS:	
Nome:		Nome:

CPF(MF):